



Georg Smirnoff, "Largo do Leal Senado visto da Travessa do Roquete". Lápis e aguarela sobre papel, 1945.



Das Casas de Câmara e Cadeia ao Leal Senado de Macau Um Percurso de ReciproCidades

MARIA JOSÉ DE FREITAS*

INTRODUÇÃO

A complexidade da gestão territorial em Portugal, a partir do século XIV, obrigava à existência de “instrumentos” que permitissem fazer a coordenação de forma eficaz. Mais tarde, durante a expansão portuguesa, perante a crescente dificuldade em

administrar territórios longínquos, importava governar estabelecendo normas e princípios de gestão local em articulação com o poder régio.¹

Em resumo, era necessário estabelecer as bases do poder local em conjugação com o poder central, reforçando-o.

No território nacional, as câmaras municipais, ou paços do concelho, surgiram desde logo como os locais do poder, onde a autoridade administrativa se fazia sentir. Os territórios eram controlados, o comércio tributado e eram julgados todos aqueles que não cumpriam com o estipulado.

Mais tarde, no período do Renascimento e no contexto de uma sociedade mais complexa, culta e exigente, ao edifício dos Paços do Concelho vai juntar-se uma Praça, que se torna um elemento importante no modelo do controlo territorial e na gestão da “imagem do poder”, pois era relevante que os dirigentes locais – os vereadores – avistassem a multidão que os escutava

* Arquitecta, tem desenvolvido a sua actividade profissional entre Portugal e Macau. Recebeu o prémio Arcasia, na categoria de renovação arquitectónica em 2002, com o projecto de “Musealização e Renovação das 5 Casas Patrimoniais”, Taipa, Macau. Actualmente complementa a sua prática profissional participando em fóruns internacionais para a Preservação e Reabilitação de Edifícios Classificados. Nomeada Embaixadora da WCO, é doutoranda em Patrimónios de Influência Portuguesa (Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra).

She is an architect with works done between Portugal and Macao. She received the Arcasia Award, of Architectural Renovation, 2002, with the project 'Musealization and Renovation of 5 Heritage Houses', Taipa, Macao. Actually she is practicing as an active professional and participating in international forums for Architectural Preservation and Rehabilitation of Classified Buildings. Appointed Ambassador of WCO, she is Ph.D. Researcher on Heritage of Portuguese Influence at Centre for Social Studies (University of Coimbra, Portugal).

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

e nesse mesmo acto fossem vistos como representações do poder.

Faremos uma análise das tipologias arquitectónicas dos paços concelhios no decorrer dos séculos XIV a XVIII no sentido de identificar os traços comuns dos edifícios que, em Portugal, desempenhavam idênticas tarefas e quais os modelos utilizados na gestão de territórios cuja dimensão e distanciamento iam introduzindo uma crescente complexidade no sistema.

Iremos, igualmente, abordar a questão das Praças ou Largos Municipais como complemento do exercício do poder local que, em conjunto com os edifícios camarários, maximizam a simbologia do poder local, passando a ser incluídas de forma “disciplinada” nos novos planeamentos urbanos do século XVII, com especial relevo no caso do Brasil, tornando-se verdadeiros pilares da sociedade local.

Por último, iremos analisar o caso do Edifício do Leal Senado e Praça do mesmo nome, em Macau, que ilustram de forma evidente os conceitos adoptados em Portugal e nas antigas colónias, demonstrando um “dispositivo” local de gestão territorial que, ainda hoje, passados 500 anos, encontra eco e justificação.

Antigo edifício da Câmara Municipal de Monsaraz.



1. AS CASAS DE CÂMARA E CADEIA COMO SÍMBOLO DO PODER NAS CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS NOS SÉCULOS XIV E XV

CASOS DE BRAGANÇA, ESTREMOZ, MONSARAZ E AVIS

Em meados do século XIV, por ordem régia de D. Afonso IV, passou a ser obrigatória a reunião semanal do conselho de vereadores ligados à gestão

Domus Municipalis, Bragança.



concelhia, o que implicava a transferência de poderes das assembleias para um grupo de homens-bons e esse facto foi relevante no aparecimento das Casas de Câmara, Paço do Concelho ou Concelho da Relação.²

Administrar a cidade era uma tarefa exigente e exigia espaço para o efeito.

Em termos de organização funcional o modelo espacial começou a ser testado relativamente aos objectivos que tinha de cumprir. É, então, que começam a aparecer os primeiros protótipos com arcaria no rés-do-chão onde se desenrolavam tarefas ligadas à gestão municipal e sala de audiências no primeiro andar, aos quais se juntaram símbolos e emblemas decorativos reforçando a imagem. Mais tarde acresceram a torre e arcaria apontada, como ainda é visível em alguns edifícios municipais.

Os municípios mais antigos que temos conservados situam-se em Bragança, Estremoz, Monsaraz e Avis.

Estes edifícios surgiam sempre em espaços centrais, junto às instituições religiosas, designadamente à Igreja Matriz.

Verdadeiros espaços de retórica e demonstração do poder, por vezes reuniam vocabulários próprios do palácio real.

Na segunda metade de Quatrocentos estaria definida uma estrutura tipo, e haveria um maior número de casos por todo o país como afirmação de centralidade e poder.

Na consolidação do modelo começam a aparecer elementos ligados à imagem do paço nobre: arcadas, coroamentos com ameias, pedras de armas e a torre, o que produz alguma semelhança entre as Câmaras de Barcelos, Viana, Guimarães, Freixo de Espada à Cinta, Braga e Vila Real entre outras.

Mais tarde, no século XVI, as janelas dão lugar a varandas que passam a ser palco de celebrações: os vereadores vêem e são vistos como se estivessem num púlpito.

Em Évora o edifício construído, no início do século XVI, no topo da praça central, corresponde a este protótipo, incluindo uma arcada no piso inferior que aloja a cadeia e seis boticas, e tinha no piso superior uma varanda debruçada sobre a praça.³

Na descrição relativa ao desaparecido paço quinhentista de Setúbal lê-se uma referência à existência de uma cadeia que existia no piso térreo junto ao paço do trigo e açougue.⁴

No decorrer de Quinhentos, o Paço do Concelho torna-se

“um dispositivo retórico de prestígio e afirmação social compensando, pelo poder da imagem, a perda efectiva de poder que um estado progressivamente mais centralizado e actuante inevitavelmente significava para as elites locais.”⁵

2. O CONCEITO DA PRAÇA E SUA APLICAÇÃO AO PODER MUNICIPAL NA SOCIEDADE RENASCENTISTA

2.1. CASOS NO BRASIL

Chegados aqui, depois de ter o modelo consolidado, podemos entender a contaminação descrita e assim verificar como, do ponto de vista do poder central, era importante que este planeamento fosse estendido aos territórios que se iam conquistando, exportando o modelo arquitectónico para as novas colónias em processo de territorialização.

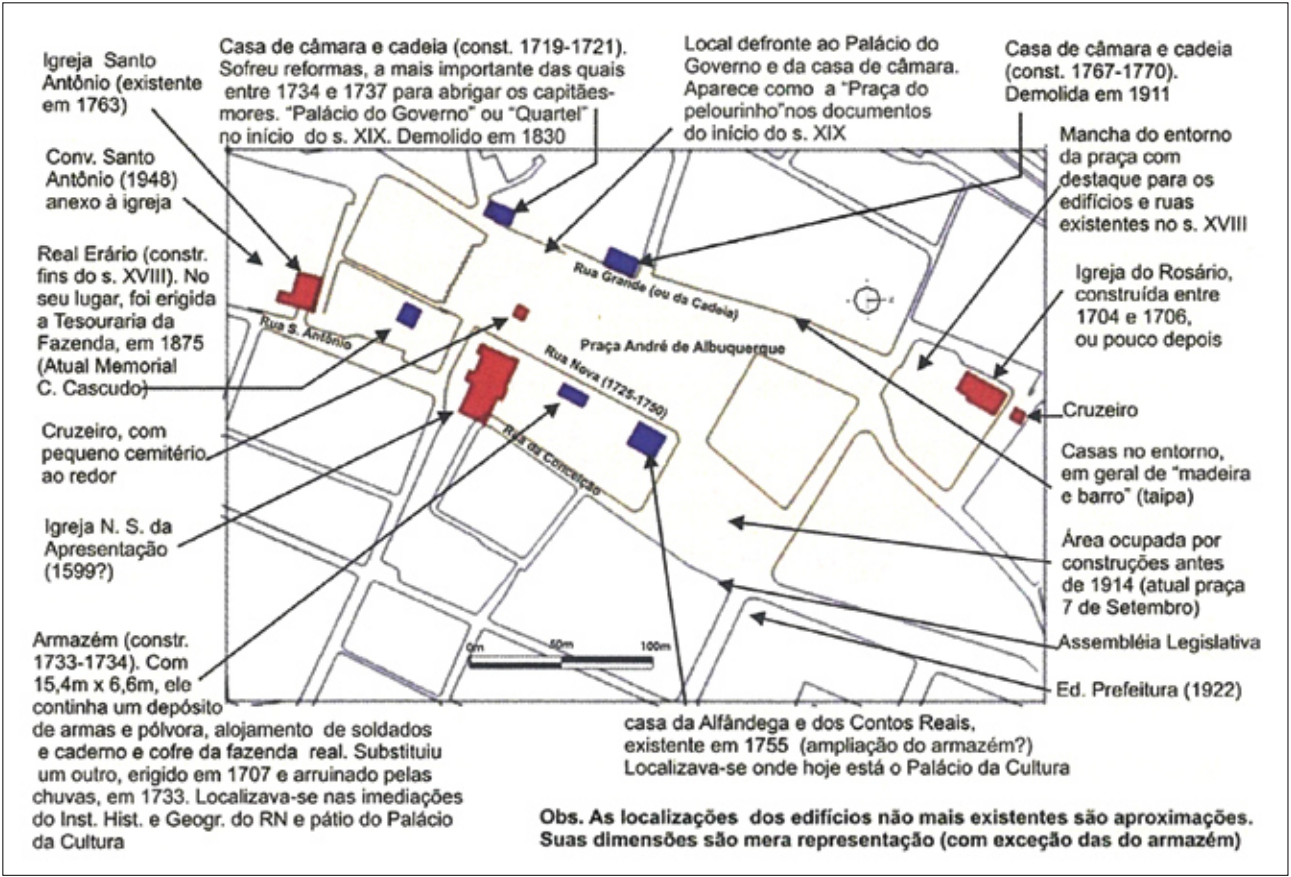
Nos séculos XV e XVI, em articulação com os novos ideários renascentistas, onde a noção da perspectiva ganha especial realce, em conjunto com o efeito “do ver e ser visto”, numa sociedade mais complexa onde o “espectáculo” passa a ser referência, para além do edifício do Paço Municipal, local do exercício poder, é importante que haja distância para apreciar o efeito. É necessário que haja “espaço”. Surge reforçado, assim, o largo fronteiro ao Paço, que é redimensionado, passando a comportar na sua envolvente outros edifícios que compõem e reforçam o poder e a religiosidade: a Misericórdia, a Igreja Matriz, o Mercado Municipal e outros edifícios ligados à administração ou com ela directamente relacionados.

“No Brasil a praça passou a compor os espaços urbanos coloniais de forma paulatina, uma vez que, a rigor, ela não existia inicialmente, mas consistia simplesmente de um largo ou adro, defronte às igrejas. Houve desde o século XVI, espaços que se aproximaram das praças tais quais as conhecemos hoje, como é o caso da de Salvador, fundada em 1549. No entanto, a praça somente vai se impor nos séculos XVII e principalmente no século seguinte, particularmente como parte das inúmeras experiências de desenho urbano regular desenvolvidas neste último século.”⁶

A Praça da cidade de Natal, fundada em 1599, pode ser considerada um dos primeiros exemplos a

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE



A Praça da cidade de Natal no século XVIII. In Rubenilson Teixeira; Edja Trigueiro, “A praça, a Igreja e a Casa de Câmara e Cadeia. Símbolos, usos e relações de poder”. *Mneme Revista de Humanidades*, vol. 9, n.º 24, 2008.

obedecer a um traçado regular desenhado sobre um núcleo preexistente a partir das Ordens de Filipe II de Espanha, I de Portugal, com base nas Novas Ordenanças de Descoberta e Povoamento.⁷

Nesse documento constavam as regras explícitas de desenho das vilas e praças bem como a regularidade a que deviam obedecer. Mais tarde, com o Renascimento, a geometrização da Praça veio a ter um desenvolvimento mais evidente, designadamente a partir do século XVIII.

O responsável pelo desenho do núcleo urbano da cidade de Natal terá sido o jesuíta Gaspar de Samperes, arquitecto experiente.

Os edifícios importantes teriam a disposição indicada na figura, onde se evidenciam:

- Caserna;
- Casa da Alfândega;
- Casa de Câmara e Cadeia (1721);
- a nova Casa de Câmara e Cadeia (1770);
- Real Erário.

Verifica-se que a Casa de Câmara e Cadeia se situava numa zona central da praça obedecendo ao traçado comum dos planos desta época em que os locais das Casas de Câmara e Cadeia, bem como os pelourinhos, eram fixados logo no início do planeamento dos locais.

A importância da centralidade das sedes municipais era visível nessa altura e continuou até aos dias de hoje, dominando a vida política e social dos núcleos onde se inserem.

Essa situação evidencia-se no desenho urbano de outras cidades brasileiras em que, para além de ocupar uma posição dominante nas praças em que se situam, os edifícios municipais ostentam um desenho urbano similar ao que é utilizado em Portugal para edifícios com a mesma finalidade. Ou seja: configuração paralelepípedica de base rectangular, com áreas de uso público no piso térreo, onde se incluía numa zona mais recatada a cadeia, e acolhendo a função municipal no piso superior, deixando transparecer a



Casa de Câmara e Cadeia, Praça Tiradentes, Ouro Preto (www.museus.gov.br).

relação que se estabelecia entre a Casa de Câmara, a Cadeia e a Igreja.

Vejamos dois exemplos:

Casa de Câmara e Cadeia na Praça Tiradentes em Ouro Preto

O antigo edifício municipal foi transformado em museu, o “Museu da Inconfidência Mineira”, que ocupa uma posição central na Praça, rodeada de edifícios que, no passado, auxiliavam na missão administrativa e hoje têm outras utilizações. Duas Igrejas e um pelourinho completam a Praça Tiradentes que outrora foi palco de célebres revoluções políticas.

Casa de Câmara e Cadeia de Mariana e Praça de Minas Gerais

A Casa de Câmara e Cadeia de Mariana é, actualmente, a sede da Prefeitura e Câmara Municipal. Duas Igrejas compõem a Praça, que foi classificada pela UNESCO como exemplar do estilo barroco. Em frente

à Casa de Câmara localiza-se o pelourinho noutros tempos usado para castigar os infractores.

Casa de Câmara e Cadeia em Salvador da Baía (http://commons.wikimedia.org/wiki/File:CamaraVereadoresSalvador.JPG).



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

2.2. POSTURA DE D. JOÃO III EM PORTUGAL

Entretanto, em Portugal, o estilo arquitectónico do edificado também ia evoluindo, designadamente com o aparecimento do estilo barroco.

Paralelamente, a decoração era mais evidente e o nosso rei D. João III, após cada embelezamento operado, chegava a cobrar as custas a todos os cidadãos cujas moradias dessem para a praça principal ou que, das suas janelas, pudessem avistar o edifício municipal, pois passavam a receber “benefício e melhoria pelo nobresjmento que aí se fez.”⁸

No século XVIII confere-se um maior dramatismo às construções edificando, por vezes, em primeiro plano, escadarias monumentais que contribuíam para dar mais sofisticação aos edifícios municipais.

3. AS CASAS DE CÂMARA E CADEIA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS DO ORIENTE: O LEAL SENADO DE MACAU COMO COROLÁRIO

3.1. CONTEXTO POLÍTICO

Como é sabido, os portugueses chegaram à China em 1513 e desde logo estabeleceram relações comerciais com a população existente.

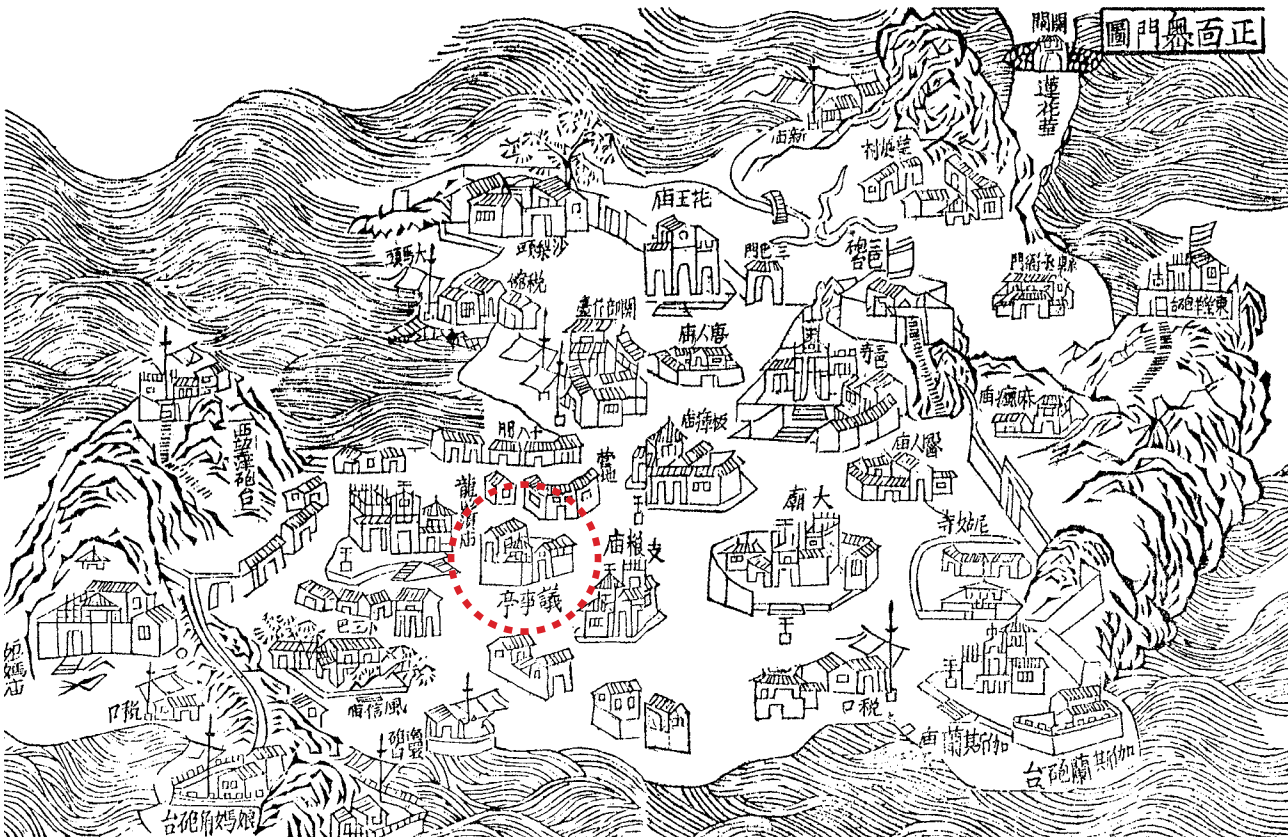
Por volta de 1553 mercadores portugueses e aventureiros visitavam Macau e alojavam-se em construções temporárias de madeira e colmo. A situação foi evoluindo com o incremento das trocas comerciais, com as quais todos beneficiavam, incluindo as autoridades chinesas que reconheceram a fundação de Macau em 1557.⁹

Desde logo se fez sentir a necessidade de administrar uma cidade que desenvolvia uma grande actividade mercantil e que tinha um governo militar intermitente, sendo sujeita a visitas esporádicas do capitão-mor da viagem para o Japão.

As disputas eram frequentes. E essa situação não agradava às autoridades religiosas. E tão pouco agradava às autoridades chinesas.

Assim, no início de 1580, o bispo D. Leonardo de Sá e o capitão-mor da viagem para o Japão, D. João de Almeida, concordaram em estabelecer um governo local, em conformidade com os procedimentos estabelecidos para outras colónias portuguesas.¹⁰

Em 1582 é criada a Câmara do Senado, composta por juizes, vereadores, um procurador e um secretário, escolhidos entre os cidadãos representativos da cidade e independentes do governo militar, da Igreja ou das autoridades chinesas.¹¹



Macau e a localização do edifício do Leal Senado, in *Aomen Jilue* 澳門記略 (*Breve Monografia de Macau*), de Yin Guangren 印光任 e Zhang Rulin 張汝霖, 1751.

D. Duarte de Menezes, vice-rei de Goa, em 1586, sob o comando de Filipe II de Espanha, I de Portugal, apoiou o pedido dos cidadãos de Macau para elevar a vila a cidade, passando a chamar-se “Cidade do Santo Nome de Deus”, tornando-se uma cidade cristã, católica, no Oriente.

A cidade estava dependente da jurisdição de Goa, e do ponto de vista religioso estava sob alçada da Diocese de Goa.

Os membros do Senado possuíam uma clara missão evangelizadora. E, para além de promoverem a gestão da cidade, que estava em franca expansão, tinham também a incumbência de efectuar o julgamento dos prevaricadores.

Em virtude dos contactos comerciais e diplomáticos que os vereadores tinham de estabelecer com diferentes entidades (entre as quais se destacam: os dáimios e xoguns japoneses, os reis do Sião, Aname, Tonquim, o raja do Bornéu, o governador holandês de Jakarta, os espanhóis de Manila),¹² para além do contacto permanente com os mandarins chineses,

compreende-se que o edifício onde se reuniam e se gerava toda esta multiplicidade de tarefas, trocas e contactos, tinha de ter uma representatividade acrescida e estar localizado centralmente, numa praça ou largo, que lhe desse visibilidade.

Em 1654, o rei de Portugal D. João IV, em reconhecimento do papel desempenhado pela instituição, deu-lhe o título de Leal Senado de Macau.

O título foi inscrito na fachada do edifício.

Em 1833, o rei de Portugal pôs fim ao funcionamento autónomo do Leal Senado, passando a partir daí a estar vocacionado apenas para a vida municipal.¹³

A partir do dia 20 de Dezembro de 1999, com o retorno de Macau à soberania chinesa, o nome do edifício passou a ser “IACM - Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais”, cabendo-lhe o papel de gestão administrativa da cidade de Macau, e sendo os seus membros nomeados pelo governo de acordo



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

com o que se estabelece na Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau e em consonância com o princípio de “um país dois sistemas”.

3.2. EDIFÍCIO DO LEAL SENADO DE MACAU (ACTUAL IACM)

O período fundacional do edifício do Leal Senado corresponde aos primeiros 200 anos da sua existência, entre 1584 e 1784,¹⁴ período em que a cidade cresceu intramuros.

No século XIX iniciou-se a expansão extramuros indo até à fronteira com a China, bem como a extensão do território, à custa de aterros.

A literatura existente confirma a existência de edifícios sólidos feitos para durar muito tempo, como seria o caso dos mais representativos, onde se incluía o edifício do Senado.

Comprovam-no os mapas militares existentes, que também serviam como instrumentos de planeamento.¹⁵

Ao longo do tempo, devido às incertezas climáticas onde por vezes os tufões e os incêndios geravam grandes destruições, o edifício do Leal Senado conheceu diversas configurações em que se foram espelhando diferentes pulsões que tinham a ver com resultados experimentados noutros pontos do reino, miscigenados com a introdução de características locais presentes nas relações do dia-a-dia com a comunidade e as autoridades chinesas.

Para esta análise iremos basear-nos no trabalho desenvolvido por Pinheiro, Francisco Vizeu, “Using a Comparative Method in the Analyses of the Evolution of the Macao Senate.”¹⁶

Primeiro edifício

No século XVI, o primeiro edifício seria formado pela composição de 3 corpos articulados em “U”, em torno de um pátio com um poço, acessível através de um portão decorado.¹⁷

Ainda hoje é visível a evidência arqueológica do pátio central.

Segundo Pinheiro, o desenho deste edifício seria baseado na tipologia dos solares aristocráticos portugueses existentes em Portugal e Goa, mencionando como exemplos a Quinta de Santiago, o Solar de Mateus, com pátio em “U”, ou o solar de Frias Manor e outras mansões em Goa.

Segundo edifício

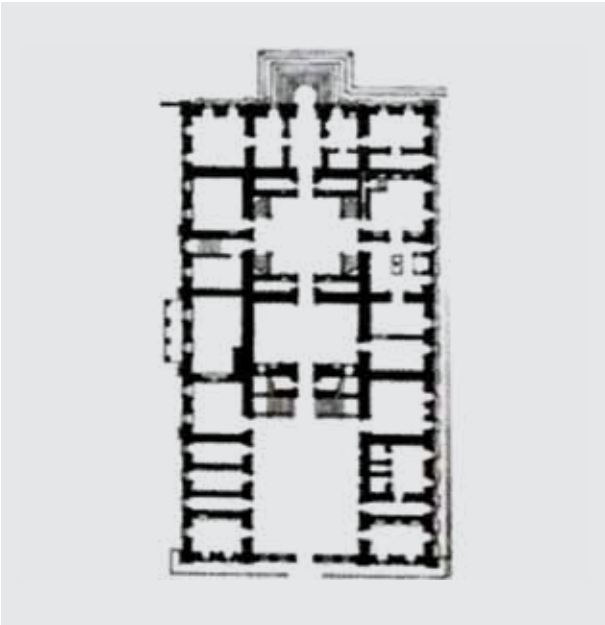
Com início em 1784 e desenho do Pe. Patrício de San José, começou a erigir-se o segundo edifício no mesmo local, desta vez abandonou-se a ideia de pátio central e poço, surgindo um edifício de desenho rectangular com dois andares.¹⁸

Note-se que, e à semelhança do que acontecia noutros locais onde estava em curso a construção de edifícios municipais, esta nova construção era mais simples e directa apresentando no piso térreo as

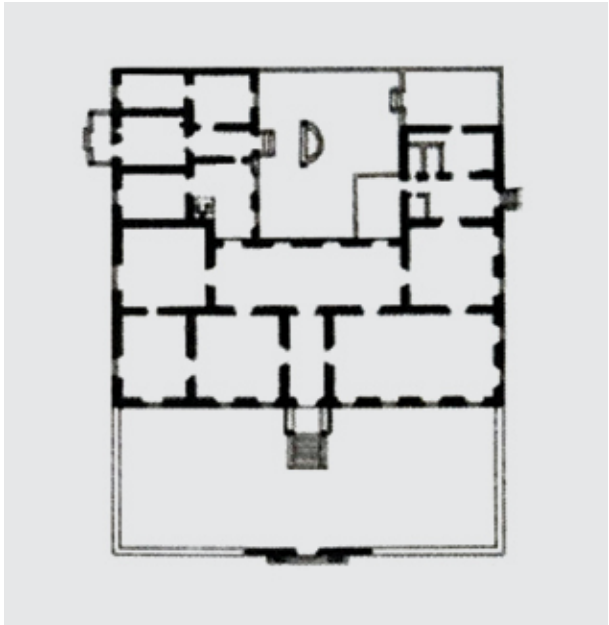
TIPOLOGIA DOS SOLARES ARISTOCRÁTICOS PORTUGUESES EXISTENTES EM PORTUGAL E GOA.³²



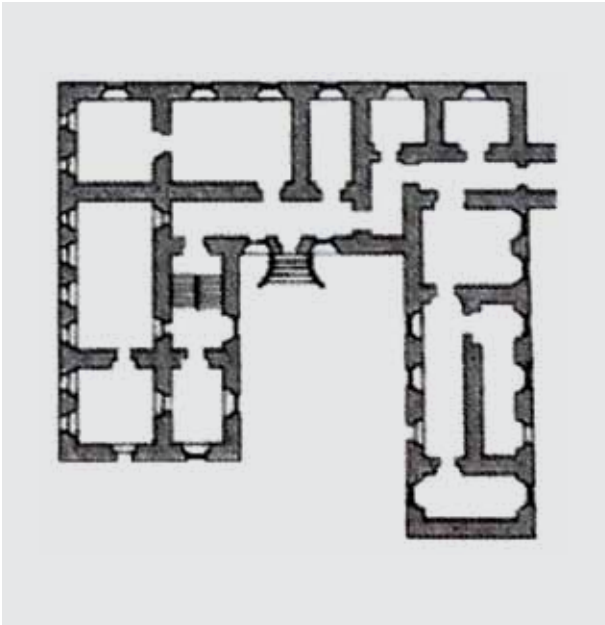
Portugal, séc. XVI, Quinta de Santiago, in Helder Carita e Homem Cardoso, *Oriente e Ocidente nos Interiores em Portugal* (Porto: Civilização, 1999), apud Francisco Vizeu Pinheiro, “Using a Comparative Method in the Analyses of the Evolution of the Macao Senate”.



Portugal, séc. XVI, Solar Mateus, planta em U, in Helder Carita, *Palaces of Goa. Models and Types of Indo-Portuguese Civil Architecture* (Londres: Cartago, 1999), apud Francisco Vizeu Pinheiro, “Using a Comparative Method in the Analyses of the Evolution of the Macao Senate”.

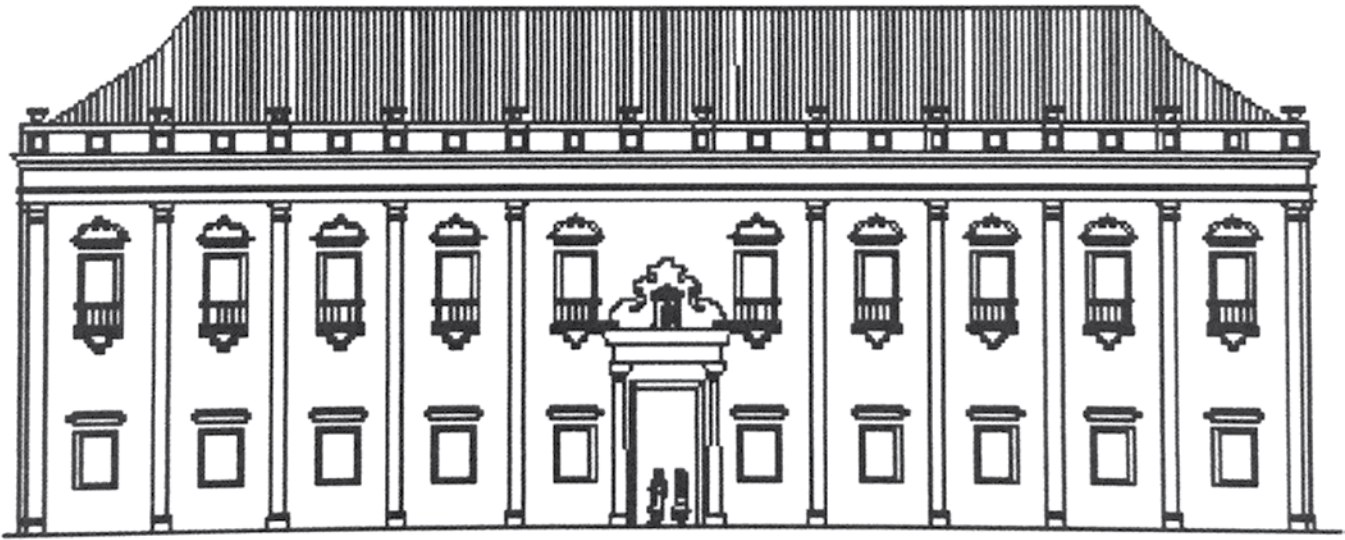


Gondolim, Goa, séc. XVIII, Solar dos Frias. Desenho de Francisco Vizeu Pinheiro com base em mapa antigo representado in Helder Carita e Homem Cardoso, *Oriente e Ocidente nos Interiores em Portugal*.



Casa de Goa, séc. XVIII. Planta em U. Desenho de Francisco Vizeu Pinheiro, com base planta representado em Heta Pandit, Annabel Mascarenhas, *Houses of Goa* (Goa: Architecture Autonomous, 1999).

Reconstrução do edifício do Leal Senado em 1784. Desenho de Francisco Vizeu Pinheiro, in “Using a Comparative Graphic Method in the Analysis of the Evolution of the Macao Senate”, *Journal of Asian Architecture and Building Engineering*, Vol. 4 (1), 2005.



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE



áreas administrativas, onde estava também incluída uma cadeia. No piso superior localizavam-se as salas reservadas às reuniões municipais.

Terceiro edifício

Um violento tufão em 1874 provocou inúmeros estragos na cidade, destruindo o edifício do Leal Senado, que teve de ser reconstruído.

O novo edifício surge em 1876, como indica a numeração romana que em lintel de pedra ostentava por cima do pórtico de entrada MDCCCLXXVI.

Segue um desenho neoclássico similar a outros construídos na mesma época, quer em Portugal, quer na Europa, e possuía um frontão triangular na parte central que se sobrepunha a janelas com arcada superior.

Quarto edifício

Novos tufões, em 1936 e 1937, danificaram o edifício e conduziram à sua reconstrução parcial com início em 1939.

Exteriormente, as alterações não foram muito visíveis: na fachada principal, os arcos das janelas superiores foram substituídos por frontões triangulares e, devido à existência de térmitas, a cobertura em telha foi substituída por um terraço.

No interior, as alterações foram mais significativas, obedecendo ao desenho de Gastão Borges, que era na altura o director das Obras Públicas.¹⁹

Os motivos usados na decoração obedecem à ideologia do Estado Novo. Em 1940, por altura da comemoração da Restauração da Independência, o interior do vestíbulo principal do edifício foi revestido a azulejos e, no pátio interior ajardinado, foi colocada uma esfera armilar.

Este pátio interior transformado em jardim foi de algum modo “fechado” com a introdução de dois corpos laterais em semicírculo para serviços, rematados por um quarto corpo administrativo que, assim, conforma o pátio.

O pequeno jardim, com 290 m², baseia-se nos antigos jardins-pátio de Macau, que são, por sua vez, inspirados nos jardins de Portugal e de Goa.

Vemos, através deste percurso, como o edifício do Leal Senado foi evoluindo ao longo do tempo, adoptando no seu desenho e reconstrução as correntes

O edifício do Leal Senado tal como se apresentou de 1876 a 1938.
In Sérgio Infante *et al.*, *Cem Anos que Mudaram Macau*. Catálogo de exposição.
(Lisboa: Missão de Macau em Lisboa, 1997).

PATRIMÓNIO CULTURAL



Edifício do Leal Senado da Escadaria da entrada (Fotografia da autora 2015).

e decisões da época, veiculadas através da Coroa Portuguesa, passando de um local de decisão onde os “homens bons” ou “filhos da terra” geriam os destinos da cidade, até ao edifício municipal mais ligado a funções administrativas, que permanece hoje em dia.

Depois da transferência de soberania em 20 de Dezembro de 1999 o edifício do Leal Senado passou a denominar-se Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Aloja nas suas dependências alguns serviços administrativos (maioritariamente os serviços municipais estão localizados nas imediações) e partilha com os cidadãos a sua história através da abertura ao público de salas de exposições e galerias nos pisos térreos, completadas com uma excelente biblioteca pública no piso superior.



Pátio interior do edifício do Leal Senado (Fotografias da autora, 2015).



Pátio interior do edifício com o busto de Camões (Fotografia da autora, 2015)

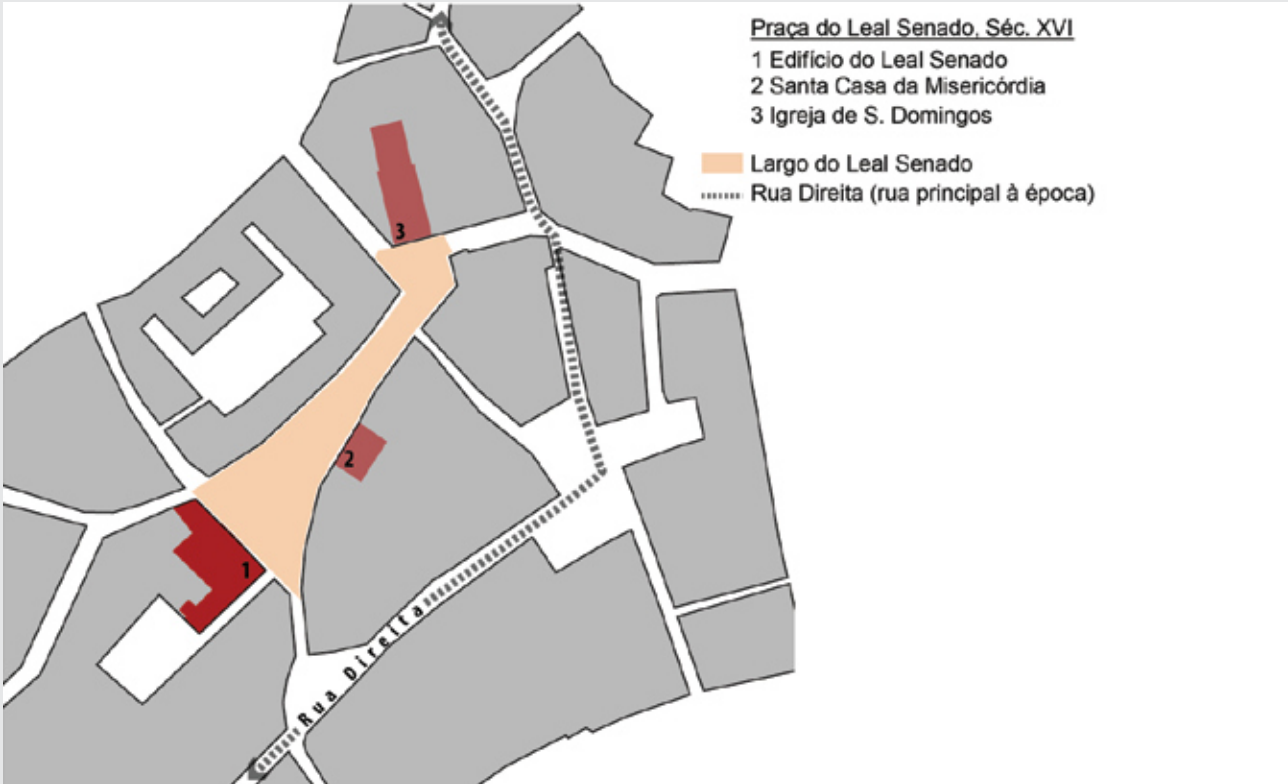
3.3. PRAÇA DO LEAL SENADO DE MACAU

A Praça do Leal Senado, fronteira ao edifício do Leal Senado desde os seus primórdios, reúne ainda hoje os edifícios públicos que a configuravam no século XVI, aos quais acresceram alguns outros que encontraram justificação na centralidade do sítio.

Um esquema elucidativo evidencia o desenho da Praça ao longo dos seus 4 séculos de existência, destacando as alterações sofridas nos alinhamentos, sem perder a configuração original.

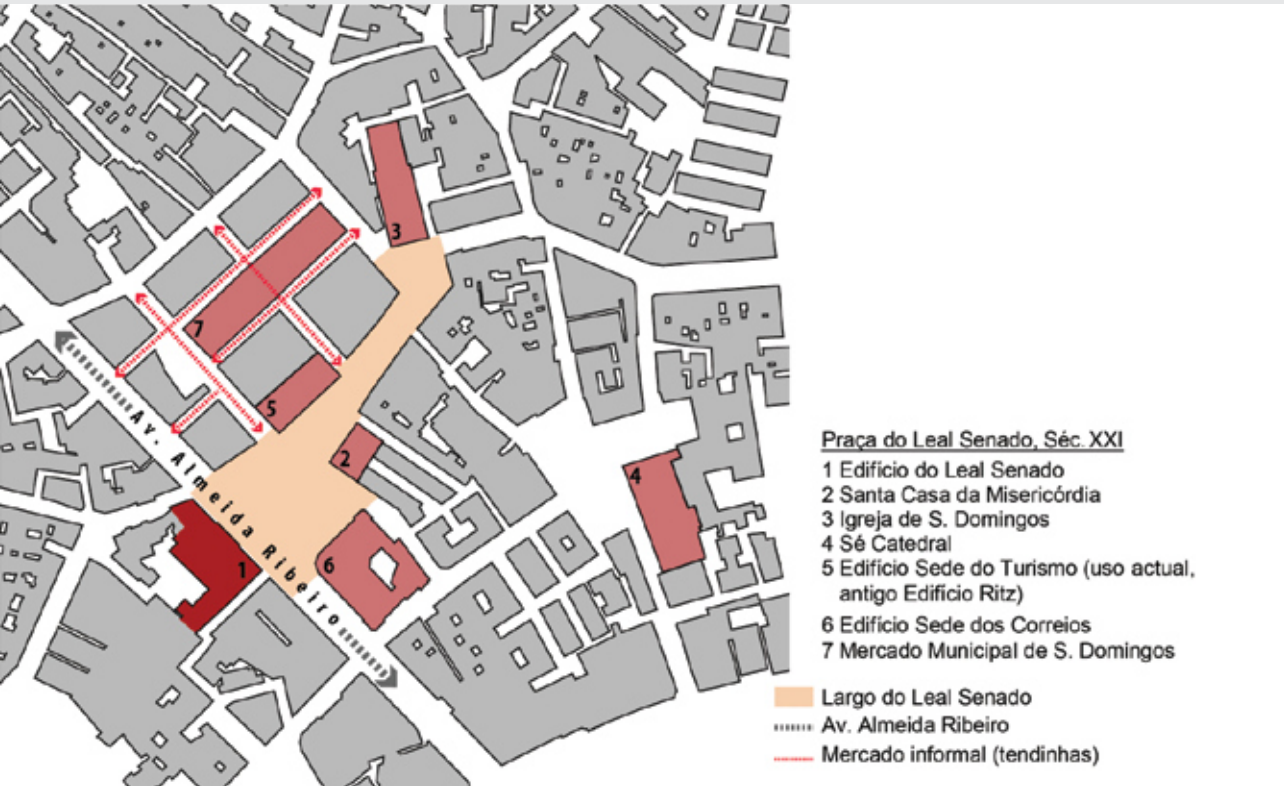
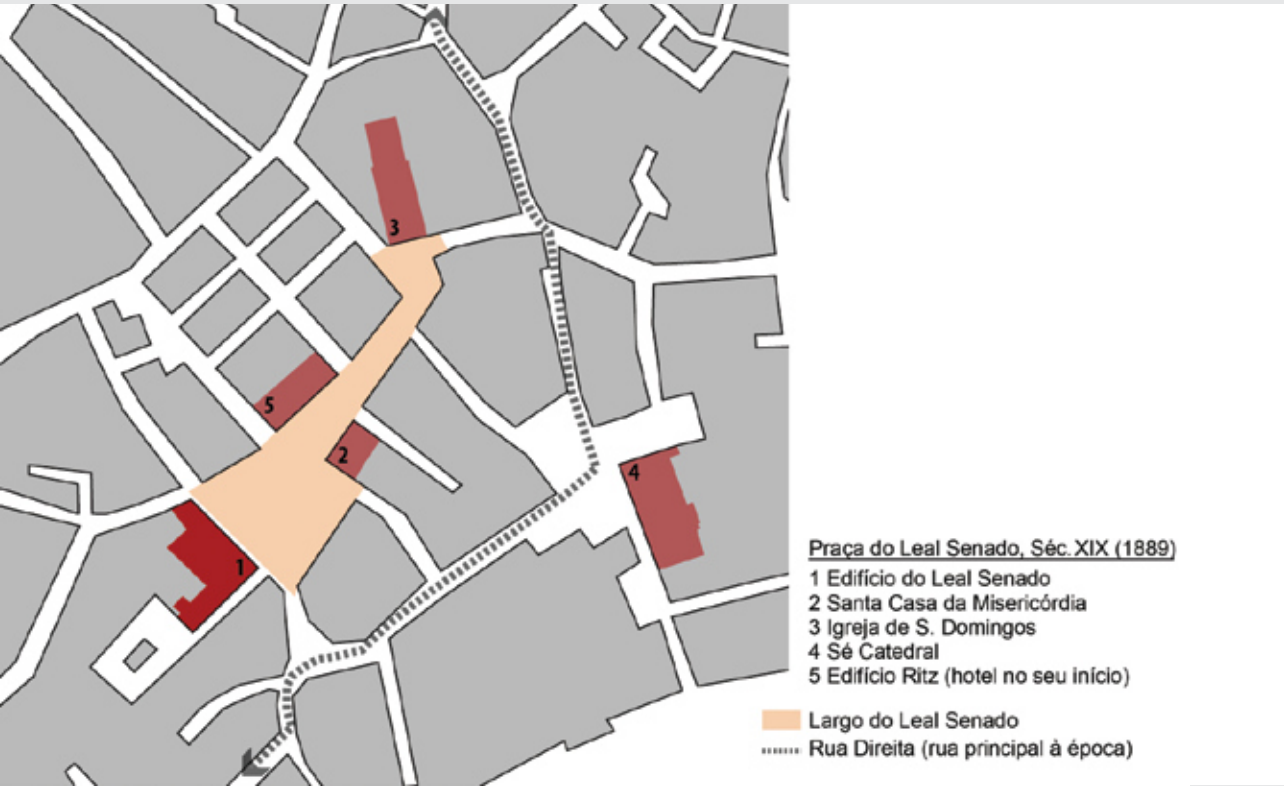
A Avenida de Almeida Ribeiro, aberta em 1915, por Pinto de Miranda Guedes, na altura director das Obras Públicas, recebeu o nome do antigo ministro das colónias que sancionou a sua existência, e passou a constituir um importante elemento urbano de

CULTURAL HERITAGE



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE



A Avenida de Almeida Ribeiro, ca. 1925. In Cecília Jorge e Rogério Beltrão Coelho, *Álbum Macau - Memória da Cidade* (Macau: Livros do Oriente, 2005).





Vista aérea da Praça do Leal Senado com a localização dos principais edifícios que a compõem e configuram (Montagem da autora sobre fotografia aérea, 2015).



Panorâmica actual da Praça do Leal Senado (Fotografia da autora, 2015).

interligação do edifício e praça do Leal Senado às restantes zonas da cidade que se encontravam em expansão, vindo a substituir a Rua Direita em termos de importância para a vida cidadina.

Tendo, por um lado, num dos seus extremos o Porto Interior, a ligação ao Bazar chinês e à China propriamente dita, e no outro extremo o Porto Exterior do Rio das Pérolas aberto à expansão, à internacionalização e ao futuro, rapidamente se tornou um importante eixo de desenvolvimento com inúmeros estabelecimentos comerciais, o que contribuía para uma enorme afluência de cidadãos e, também, de visitantes.

A existência desta avenida cortando a relação directa entre o edifício do Leal Senado e a Praça que lhe é fronteira afectou a ligação existente, designadamente a partir de meados do século xx com a maior afluência do tráfego automóvel.



1. Edifício e Praça do Leal Senado (Fotografia da autora, 2015).



2. Santa Casa da Misericórdia (Fotografia da autora, 2015).

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE



3. Igreja de São Domingos (Fotografia da autora, 2015).



4. Sé Catedral (Fotografia da autora, 2015).

O Largo da Praça, revestido a Calçada Portuguesa, testemunha a aproximação cultural entre o Oriente e o Ocidente e é palco de acontecimentos de índole política, religiosa, social e cultural que atestam a sua versatilidade e permanência, mantendo-se como o local de eleição dos cidadãos e visitantes, com uma centralidade única que o passar dos anos tem acentuado. **RC**

Nota da Autora: Artigo baseado no trabalho desenvolvido em IP1-Processos e Territórios da Expansão Colonial Portuguesa, DPIP3, CES-Universidade de Coimbra, Maio 2015.



6. Edifício Sede dos Correios de Macau (Fotografia da autora, 2015).



7. Mercado informal "Tendinhas" (Fotografia da autora, 2015).

NOTAS

1

Luísa Trindade, “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”, in Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo (coord.), *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*, p. 209.

2

Ibidem, p. 211.

3

Ibidem, p. 223.

4

Ibidem, p. 224.

5

Ibidem, p. 220.

6

Rubenilson Teixeira; Edja Trigueiro, “A Praça, a Igreja e a Casa de Câmara e Cadeia. Símbolos, usos e relações de poder”. *Mneme Revista de Humanidades*, vol. 9, no. 24, 2008, p. 91.

7

Ibidem.

8

Luísa Trindade, “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”, p. 224.

9

Francisco Vizeu Pinheiro, “Using a Comparative Graphic Method in the Analysis of the Evolution of the Macao Senate”. *Journal of Asian Architecture and Building Engineering*, May 2005, p. 1.

10

Ibidem, p.2

11

Charles Boxer, *O Senado da Câmara de Macau*. Macau: Leal Senado de Macau, 1997, p. 111.

12

Francisco Vizeu Pinheiro, “Using a Comparative Graphic Method in the Analysis of the Evolution of the Macao Senate”, p. 2.

13

Avelino Rosa, *Os Municípios em Macau*, p. 200.

14

Francisco Vizeu Pinheiro, “Using a Comparative Graphic Method in the Analysis of the Evolution of the Macao Senate”, p. 3

15

Ibidem.

16

Ibidem, p. 2

17

Ibidem.

18

Ibidem, p. 6.

BIBLIOGRAFIA

Bethencourt, Francisco; Ramada Curto, Diogo. *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

Boxer, Charles. *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison and Milwauke: The University of Wiscosin Press, 1965.

Calado, Maria; Mendes, Maria Clara; Toussaint, Michel. *Macau: Cidade Memória no Estuário do Rio das Pérolas*. Macau: Governo de Macau, 1985.

Coelho, Beltrão. *Leal Senado de Macau: Esboço de Um Eifício / A Sketch oh the Building*. Macau: Leal Senado, 1995.

Darwin, John. *Ascensão e Queda dos Impérios Globais 1400-2000*. Lisboa: Edições 70, 2015.

Freitas, Maria José, “Património e Futuro em Macau”, in Ana Maria Amaro (coord.), *Estudos Sobre a China V*, Vol. II. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.

Loureiro, João. *Postais Antigos de Macau*. Lisboa: Fundação Jorge Álvares, 2005.

Newitt, Malyn. *Portugal na História da Europa e do Mundo*. Alfragide: Texto Editores, 2012.

Pinheiro, Francisco Vizeu. “Using a Comparative Graphic Method in the Analysis of the Evolution of the Macao Senate”, *Jornal of Asian Architecture and Building Engineering*, Vol. 4 (1), 2005.

Rosa, Avelino. *Os Municípios em Macau*. Macau: Livros do Oriente, 1999.

Saraiva, Margarida; Quadros, Tiago. “O Leal Senado de Macau (1784-1874). A cidade num edifício”, *Macau*, 4.ª série, n.º 35, 2013.

Teixeira, Rubenilson; Trigueiro, Edja. “A praça, a Igreja e a Casa de Câmara e Cadeia. Símbolos, usos e relações de poder”. *Mneme Revista de Humanidades*, vol. 9, no. 24, 2008.

Trindade, Luísa. “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”, in Maria do Carmo Ribeiro, Arnaldo Sousa Melo (coord.), *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2012, pp. 209-227.

-----, ““Um bom e fermoso paço do concelho’ no ‘milhor e mais nobre lugar da uila””, in APHA (org.), *IV Congresso de História da Arte Portuguesa: Homenagem a José Augusto França*. CD.

Sítios Consultados

<http://caderno-do-oriente.blogspot.com/>

<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:CamaraVereadoresSalvador.JPG>

<http://www.cm-estremoz.pt>

<http://cronicasmacaenses.com/>

<http://fotos.sapo.pt/antoniolouro/fotos/?uid=mKOszvusPIQOGLbz6EhP&aid=23>

<http://macauantigo.blogspot.com/>

<https://macaostreets.iacm.gov.mo/p/parish1/detail.aspx?id=305adb1a-b039-4e6c-b702-5081d376a2bc>

<https://nenotavaiconta.wordpress.com/>

<http://www.panoramio.com/user/2716825/tags/Estremoz>

<http://portugal-virtual.webnode.pt/monumentos>